



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

JULIANA D'ELIA SAMPAIO FERREIRA

Frase

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o
opressor." Paulo Freire

Reescreva a frase

"Quando a educação não é libertadora,
o sonho do oprimido é ser o opressor."
Paulo Freire

Nº Identificador

19209

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor." Paulo Freire

Questão 1: Para relacionar os Termos currículo, inclusão e acessibilidade faz-se necessário, primeiramente, defini-los, ainda que brevemente. Parte-se aqui da noção de que o currículo escolar é composto por todas as práticas e discussões que atravessam o ambiente escolar e a comunidade a ele relacionada, afetando a maneira como ocorre o processo de "aprendizagem" (OLIVEIRA, 2012).

Já a inclusão é entendida como o direito fundamental de qualquer ser humano de pertencer plenamente a uma comunidade de pessoas, tendo suas características individuais respeitadas, podendo exercer sua cidadania. Nas palavras de Rosa Ventura de Souza Santos: "Temos o direito de ser iguais quando a mesma diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a mesma igualdade nos descharacteriza. Há a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, aliamente ou reproduza as desigualdades". A inclusão seria o respeito coletivo a estas noções referidas pelo autor.

Infelizmente, as sociedades no atual mundo capitalista ainda se baseiam em pilares de exclusão. São necessárias muitas intervenções para tornar o que é comum acessível a todos, promovendo a inclusão. É a acessibilidade que, em primeiro lugar, promove a inclusão.

Para que o currículo escolar possa estar adequado a uma perspectiva inclusiva, é preciso

que a instituição encobre como um Tarefa Lingua e Recursos de acessibilidade, sejam estes tecnológicos, arquitetônicos, Teóricos, atitudinais ou de qualquer outro tipo, e dependem do contexto do caso do Decreto n. 7611, de 17 de novembro de 2011, compreende-se justamente a necessidade de um atendimento educacional especializado para que a escola possa melhor dispor de recursos de acessibilidade para os alunos públicos da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades).

Vale ressaltar que, embora na lei brasileira se estabeleça que o atendimento educacional especializado deva ocorrer preferencialmente em sala de recursos multifuncionais, no contraturno, isto apenas é insuficiente para uma efetiva promoção da acessibilidade e consequente inclusão. Se o contato do profissional de AEE ocorre quase que exclusivamente com o aluno que é público da Educação Especial, limitando-se à sala de recursos e de contraturno, a ação deste profissional não está sendo tão promotora de inclusão quanto deve.

Para que o aluno de Educação Especial possa de fato ser incluído, é interessante que o profissional de A. E. possa se reunir com o professor de classe comum para que, juntos, planejem atividades inclusivas para uma turma diversa. Se ambos puderem estar juntos em sala no tempo regular, em ações pedagógicas colaborativas, mais ainda poder promover a inclusão e no benefício do trabalho em conjunto.

Não basta políticas públicas voltadas para a acessibilidade mas a forma como se pratica a "política de contraturno" muitas vezes não é inclusiva.

Questão 2: A formação de professores e demais agentes educacionais é frequentemente apontada como um dos principais desafios que se colocam à efetivação da Educação Inclusiva. De fato, há muito o que avançar neste aspecto. Há também, entretanto, ~~conquistas~~ importantes conquistas já realizadas.

Em termos de estabelecimento de políticas públicas e legislação, ~~em~~ no Brasil, estamos de acordo com o que se considera mais adequado em convenção internacional. Reconhecemos a necessidade da construção de uma Educação Inclusiva e desenvolvemos leis e políticas públicas para isso. Nosso professor, ao menos no que diz respeito à sua formação inicial, são formados na perspectiva de uma Educação Inclusiva, o que pode ser considerado um elemento positivo.

Por que, então, a formação docente continua ser tão citada como uma questão que dificulta a inclusão no ambiente escolar? Na tentativa de responder a essa pergunta, podemos destacar algumas fragilidades, pontos negativos dessa formação.

Mên Barbara de Oliveira (2013) coloca: "Não há prática que não integre uma escolha política e não há política que não se expresse por meio de práticas e que por elas não seja influenciada". Estabelecer a inclusão na letra da lei e apresentá-la aos professores em sua formação inicial não é suficiente para de fato promover nestes uma cultura inclusiva.

São muitos os mitos envolvendo a formação docente. É frequente ainda, por exemplo, e permanentemente esquecido de que o professor, por meio de amplos estudos em sua formação inicial, poderia conhecer tudo a respeito de, por exemplo, tipos

de deficiência e, assim, saber exatamente como incluir qualquer aluno com deficiência em seja qual for o contexto.

Tal visão guarda muitos problemas. Primeiramente: A Educação Inclusiva é confundida com a Educação Especial. Falta a clareza de que é na perspectiva de garantia da universalização de ensino com qualidade e respeito aos direitos humanos fundamentais que se baseia a Educação Inclusiva. A Educação Especial ganha força em um contexto de inclusão escolar, mas a Educação Inclusiva vai muito além do público alvo da Educação Especial. Os incluídos devem ser todos os tipos de pessoas. Todos se beneficiam em um contexto de respeito às diferenças.

Além disso, a inclusão costuma não ser entendida enquanto processo. Pensa-se que ou uma escola está pronta para incluir ou ela não é capaz de receber quem precisa ser incluído (no caso, pensa-se que não se pode receber quem quer que receba o rótulo de "diferente").

A partir deste tipo de pensamento, mesmo a formação continuada, que poderia ser tão potente na construção da inclusão escolar, acaba por ter seus objetivos distorcidos. O que deveria ser um constante e indissociável diálogo entre o que acontece em campo e o que está na lei, entre teoria e prática, acaba sendo entendido como um suplemento a uma formação inicial absolutamente incompleta (como se fosse possível ser completa): "Se a formação inicial não nos for pronta, que a formação continuada o faça", pensa-se neste ponto de vista.

Em síntese, um dos principais elementos negativos da formação docente no Brasil para a efetivação da Educação Inclusiva é a persistência das culturas ~~as~~ excludentes, arraigadas nos pensamentos e atitudes de docentes, demais agentes educacionais, membros da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Cabe à Universidade, inclusive por meio da atuação dos professores EBTT, trabalhar para romper estas barreiras atitudinais por meio da formação de professores e demais agentes educacionais (seja inicial ou continuada) e disseminar ~~as~~ culturas de inclusão.

PL Mônica não

Questão 3: 1- Proposta para uma Turma de educação infantil: Contação de conto africano "O mar e a colcha" e construção a respeito deste

Objetivos: ~~Desenvolver~~ Interação em grupo; Desenvolver a linguagem oral; Expandir as referências culturais a partir do contato com histórias de culturas diferentes.

Materiais necessários: Objetos que remetam aos personagens e situações do conto. Exemplo: Pinte para representar a colcha, bola pequena que quica para representar o mar.

Local: Sala de referência da Turma ou prática.

Descrição da atividade: Sentado em roda com a Turma, o professor, inicialmente, explora os objetos (pinte e bolinha): "O que é isso?"; "Com o que se parece?". Isto pode ser feito, primeiramente, com uma criança remota, com a adição sendo feita sem a sentida da visão. Após a exploração dos objetos, outros elementos

relato e conto podem ser relacionados previamente à sua narração. Por exemplo, pode-se perguntar o que as crianças sabem sobre a África e os animais que lá vivem, perguntar com que animais os objetos se parecem, se poderiam encontrar estes animais em outros locais do mundo.

Em seguida, narra-se o conto propriamente dito. Após a narração, conversa-se com a turma a respeito do que acharam da história.

Duração: Entre 20 e 40 minutos

Faixa etária: Crianças de cerca de 4 anos de idade
2. Proposta para uma Turma de segundo ano do ensino fundamental: Contação do conto africano "O sapo e a colita" seguida de produção oral e escrita a respeito deste.

Objetivos: Interação em grupo; Desenvolver a linguagem oral e escrita; Expandir as referências culturais a partir do contato com culturas diversas.

Material: Objetos que remetam aos personagens e situações do conto, tal qual descrito na proposta anterior, voltada para a educação infantil.

Papel, lápis e lápis de cor e massinha de modelar.

Local: Sala da Turma

Descrição da atividade: Antes da contação, o professor inicia a exploração dos objetos, que pode ser feita de maneira visual, Tátil e sonora. "O que é isso?"; "Como que se parece?";

Em seguida revela-se que os objetos representam animais que vivem na África, pois narra-se o conto de um conto africano. "Que animais podem ser?"; "Esses bichos não existem na África?";

Narra-se então a história.

Após a contação ~~por~~ os alunos dentam-se em duplas para discutir e que acharam da história, escrevendo e ilustrando a parte que preferiram ou algum trecho que gostariam de meditar, podendo haver apenas com uma escrita. Na ilustração, pode ser utilizado massinha de modelar para produzir relevo.

Duração: Entre 1 hora e uma hora e 15 min

Observação sobre a acessibilidade e inclusão nas propostas: Ambas as propostas foram planejadas tendo em vista a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência visual, ~~considerando~~ considerando que possa haver com isso apenas a projeção do slide com um só tema.

Isso não impede que o planejamento possa ser adequado a outros alunos com deficiência, ou adaptado para tal.